



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO - MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo; No Nordeste escreva para CAIXA POSTAL Nº 221 - Fortaleza - Ceará - CEP 60001-970
ANO V - nº 65 - 2ª quinzena de fevereiro de 1994 - CR\$ 100,00 - Solidário CR\$ 200,00

O governo prepara a conversão dos salários pela média.

O salário mínimo continuará inferior a 100 dólares.

As demissões continuam: 12 mil só em janeiro.

A Revisão Constitucional acelera-se para entregar a economia do país ao imperialismo e atacar as conquistas sociais.

O caminho é a luta para resistir:

Abaixo o Plano Fernando Henrique!

Campanha Nacional de Lutas pelas reivindicações das massas e contra opressão nacional e social!

Que os congressos da CUT rompam com o reformismo eleitoralista e aprovelem uma linha de resistência à ofensiva capitalista pró-imperialista!

Fora o imperialismo da Bósnia!

Que sérvios, croatas e muçulmanos resolvam seus próprios problemas sem intervenção externa!

Que derrubem as frações da burocracia estalinista e conquistem a autodeterminação!

Comitê de Enlace prepara a primeira Conferência

De 12 a 15 de fevereiro estiveram reunidos em La Paz, Bolívia, o POR Boliviano, o Comitê Construtor do POR Argentino, o Socialismo Revolucionário do Uruguai, e a TPOR do Brasil. A reunião do comitê de Enlace teve como objetivo a preparação da primeira Conferência Internacional do Comitê de Enlace, que acontecerá no mês de junho próximo. Foram discutidos também a situação nacional de cada seção e a linha política do Comitê de Enlace. No próximo número desse jornal publicaremos as resoluções desse encontro.

Fundo Social de Emergência é aprovado em 1º turno Educação e Habitação são ainda mais atacadas

Um plano antinacional e antipopular

Nacional

Um dos pontos centrais do plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso é a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que foi aprovado no último dia 08/02. Esse fundo é apresentado como instrumento para o governo zerar o déficit público, equilibrando as contas da União. A idéia de Fernando Henrique era desviar 15% dos repasses de impostos arrecadados aos estados e municípios para os cofres do governo federal. Somando esse dinheiro ao aumento de impostos e às privatizações, Cardoso pretendia cobrir todos os gastos do governo no ano e acabar com o déficit público, que é apontado enganosamente como causador da inflação. Como quase metade dos gastos do governo é com pagamento de juros e compromissos das dívidas interna e externa, vemos que o FSE foi criado na verdade para garantir os compromissos do Brasil com os credores.

A dificuldade em aprovar esse aspecto do plano econômico estava na sua aprovação pelo congresso, controlado pelas oligarquias regionais. Em outras palavras, pelos governadores dos estados, que seriam diretamente prejudicados pelo corte de verbas. Por isso a aprovação do FSE, que dependia de mudança na Constituição, foi colocada pelos partidos em último lugar nas prioridades da

revisão constitucional.

A ameaça de ver rejeitado o FSE, e portanto a essência do plano econômico, levou o ministro a ameaçar a renúncia. O chefe da missão do FMI ao Brasil, José Fajgenbaum, advertiu o Congresso que se não houvesse a aprovação do FSE muito provavelmente não haveria acordo para a dívida brasileira no próximo dia 10 de março.

A ameaça do FMI pesou e os partidos negociaram com Fernando Henrique alternativas para o corte de verbas aos estados e municípios. Assim, as oligarquias regionais conseguiram fazer o governo recuar no índice de corte de verbas aos estados e municípios em troca da aprovação da redução de verbas federais destinadas à educação e habitação e aumento de taxas bancárias. Pelo acordo, o governo não precisará cumprir os índices determinados pela Constituição: 18% para a educação e 20% do IPMF para a habitação. O governo reduzirá esse percentual para 14,5% na educação e apenas 300 milhões de dólares para habitação (menos de 2% do FSE). Os militares também conseguiram que o governo retirasse do FSE o artigo que continha um congelamento em valores reais de seus salários.

Fechado o acordo, partiu-se para a votação. O PPR, que antes tinha se manifestado contra o FSE, acabou votando a favor, mesmo vendo que suas reivindicações foram traídas pelo PMDB e PSDB, que não permitiram votações de destaques em plenário, o que resultou na aprovação do FSE com a mesma redação do estabelecido no "acordo", sem as modificações que pretendiam os malufistas. Diante das pressões do FMI o senador Espiridiano Amin já antecipou que seu partido votará a favor do FSE novamente, mesmo que o acordo com o PMDB e PSDB não seja cumprido.

PT fracassa

O PT, após duas reuniões da bancada com a direção executiva do

partido, deliberou por tentar obstruir a votação tentando inviabilizar o quorum e, caso existisse número suficiente de parlamentares para votar, votasse contra o texto geral e defendesse destaques em pontos específicos como verbas para educação e habitação. Mas os parlamentares acabaram chegando atrasados: as negociações já haviam sido feitas e excluíram qualquer possibilidade de votação de destaques em separado.

O PT não se coloca contra o plano econômico no seu conjunto. O deputado Paulo Paim chegou a ponto de dizer que a URV pode beneficiar os trabalhadores e eliminar as discussões sobre as perdas salariais. Assim, toda a sua ação consiste em pressionar no interior do parlamento para abrir discussões sobre questões específicas. Como controla através da CUT a maior parte dos sindicatos, deixa o movimento completamente desarmado para enfrentar o plano de arrocho do governo.

Governo conseguiu o que queria. O resultado final das negociações entre partidos e governo acabou aumentando o valor que será arrecadado com o FSE de 15,87 bilhões de dólares para 16,7 bilhões. O acordo com o FMI está praticamente garantido. Às custas de mais cortes na educação e na habitação e de mais impostos. Quem pagará a conta serão os assalariados.

Exijamos da CUT, dos sindicatos e organizações do movimento popular e estudantil que chamem assembleias por todo o país para discutir e organizar a luta contra o plano de Fernando Henrique, que é mais um ataque que a burguesia e seu governo armam contra os assalariados para favorecer o capital financeiro daqui e de fora do país. Cabe aos Congressos da CUT a convocação de uma campanha nacional de lutas contra o plano, que unifique nacionalmente os oprimidos para enfrentar a ação centralizada da burguesia e do imperialismo através do governo entreguista de Itamar.



Ponto central do plano é ataque a salários e aumento de impostos

O governo conta atualmente com mais de 33 bilhões de dólares de reservas cambiais. Isso significa que poderia pressionar pela queda da inflação utilizando-se do mecanismo da dolarização e desvalorização da moeda americana. Para isso o governo poderia comprar o dólar a um valor menor que a unidade de URV e vendê-lo a um valor maior que ela. Isso teria um custo duplo, no caixa do governo e em termos recessivos. Mas criaria uma forte pressão contra aumentos inflacionários. Então, por que o governo ainda não aplicou a tal da URV e utilizou-se das reservas cambiais para conter a inflação? Porque o principal problema para aplicar a URV, agora que o FSE já foi aprovado, é como serão tratados os salários e os impostos.

Os salários têm sofrido enorme desvalorização com a inflação. Segundo o ex-ministro Delfim Netto, quando o salário é recebido no final de cada 35 dias, só vale 71% do que valia no primeiro dia do mês de trabalho. E isso no mês de dissídio, porque na média a desvalorização o leva a 62%. Quer dizer, se o salário for convertido em URV pela média, como querem Fernando Henrique e Walter Borelli, ele cairá para 62% do valor no dissídio (perde mais de um terço do poder de compra).

O governo sabe que pode comprar uma grande briga se fizer essa conversão pela média simples. E se não fizer, as empresas vão alegar que o salário foi aumentado (porque deixará de se desvalorizar para, no míni-

mo, 71% quando for pago) e aumentarão os preços, acelerando a inflação. Está aí o principal problema para se aplicar a URV. Provavelmente o governo apresentará uma solução intermediária, que trará perdas aos trabalhadores de forma diferenciada (mais para algumas categorias, menos para outras) e formulará a conversão de preços de forma a beneficiar as empresas, que já têm se prevenido com aumentos abusivos de preços desde dezembro.

Outro problema é a conversão dos impostos. Como a lei impede que os impostos sejam reajustados com base numa previsão de inflação, e é isso o que é a URV, o governo não pode atrelar impostos diretamente ao novo índice. A equipe econômica do governo estuda alternativas para garantir a alta de impostos contida no plano e descarregá-la sobre os assalariados.

A fórmula simples do plano de Fernando Henrique não quer dizer que seja fácil de aplicar. Para funcionar precisará enfiar goela abaixo dos assalariados um arrocho salarial brutal e o aumento de impostos.

A campanha nacional de luta é o caminho para ganharmos unidade e força para derrotar o governo entreguista e antipopular.

Nacional

Resultado da política econômica de Fernando Henrique:

Mais inflação e desemprego

O anúncio do plano de estabilização do governo em novembro passado tem levado os empresários a se prepararem com aumentos abusivos de preços e demissões.

Nos dias 06, 07 e 08 de fevereiro o aumento semanal de preços medido foi de 13,06%, 14,11% e 12,07%. Se projetamos esses valores semanais para o mês, teremos uma inflação mensal de 63,4%, 69,5% e 57,7% para cada um desses dias. Muito acima dos 40% medidos pelo governo. A Ordem dos Economistas de S. Paulo registrou um aumento do custo de vida em cerca de 40,6% no último mês. Mas alguns itens subiram bem mais que isso: transportes: 46,9%; saúde: 46%; educação: 45,4%; alimentação: 43,1%. Para a Fipe, da USP, as verduras, frutas e legumes subiram 54,3% em janeiro e 44,5% em fevereiro. Aí está a prova de que os empresários estão se prevenindo em relação ao plano econômico. Mesmo que a conversão dos preços para a URV seja feita pela média, ainda que isso reduza em até 30% os preços em cruzeiros, eles já subiram bem mais que a inflação, os empresários não vão perder nada.

E o emprego continua diminuindo. Só em janeiro, o nível de emprego caiu 0,51%, com 12 mil demissões. É o quarto mês seguido que o emprego continua caindo. De outubro a janeiro foram fechados 45 mil postos de trabalho. E não existe perspectiva de melhora desse quadro: segundo a Fiesp, 23% dos empresários afirmam que farão mais demissões, 60% já estão usando serviços de terceiros (empresas contratadas) e 36% vão aumentar a terceirização de serviços, reduzindo ainda mais o emprego.

Como explicar a queda do emprego se houve aumento da produção? A introdução da automação e a adoção da terceirização são as causas.

As empresas automobilísticas, por exemplo, bate-

ram recordes de produção. Mas nunca estiveram com tão poucos empregados. Conclusão: com menos trabalhadores eles estão produzindo mais e ganhando muito mais - estão explorando mais o trabalho dos operários.

No caso da terceirização, as empresas estão contratando temporariamente serviços de terceiros. Quando a produção aumenta, contratam mais gente. Cai a produção, livram-se dos operários sem ter que lhes pagar os direitos trabalhistas. Outra vez, aumentam a exploração.

O plano de Fernando Henrique vai agravar essa situação porque ataca os salários. Com a queda do poder de compra, reduzem-se as vendas e a produção e haverá mais demissões.

Por isso os trabalhadores precisam se mobilizar e exigir das direções do movimento a convocação de uma campanha nacional de lutas que impeça mais esse ataque aos salários e ao emprego, exigindo escala móvel de salários e divisão do trabalho por todos sem redução de salário.

O POR e a Frente Revolucionária estão convidando para o próximo dia 26 de fevereiro, às 16 horas na CUT Regional de S. Paulo todas as correntes políticas para uma análise da conjuntura e a organização de um amplo movimento de massas contra o desemprego e a fome.



Acordo empurra revisão para frente

Logo após a votação do Fundo Social de Emergência proposto pelo ministro Fernando Henrique, o PDT ameaçou entrar na Justiça para impedir que fossem votados outros pontos da revisão constitucional.

O argumento era o seguinte: com a promulgação do FSE estaria encerrada a revisão, porque o Congresso não poderia ir promulgando a revisão ponto por ponto, senão se tornaria revisor permanente e contrariaria a Constituição de 88, que só prevê uma única revisão. O Procurador-geral da República, Aristides Junqueira, concordou com o argumento pedetista e afirmou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que a reforma continuasse indefinidamente. O STF, através de seus minis-

tros, pronunciou-se favorável à promulgação das emendas de uma única vez, o que inviabilizaria a promulgação do FSE agora, ou encerraria com a reforma constitucional.

O relator da Revisão, Deputado Nelson Jobim, foi correndo negociar com os ministros do STF e com Aristides Junqueira e conseguiu um acordo que prevê a promulgação por etapas da revisão, mas estabelece que não poderá haver mais nenhum adiamento além do que for votado estabelecendo o prazo final para 30 de abril ou 15 de maio. Prevaleceu o argumento de Jobim, que mostrou que sem FSE não haveria plano nem acordo com o FMI. O Poder Judiciário submeteu-se vexatoriamente às pressões do FMI e passou por cima da própria Constituição burguesa.

Agora a revisão esbarra num outro problema: como conseguir votar rapidamente questões tão polêmicas como o monopólio do petróleo e das telecomunicações? Mesmo no PSDB e PMDB existem dezenas de parlamentares que já se mostraram dispostos a votarem contra o fim do

monopólio juntamente com PDT e PT.

Para a burguesia está colocado o problema de fazer um acordo que atenda às pressões do imperialismo mas não mostre os deputados como vendilhões da pátria num ano eleitoral. A tendência é a de que votem pela abertura e entrega da mineração e telecomunicações ao imperialismo, mas com um hipócrita "controle governamental". Assim vão proceder também em relação à previdência e às outras conquistas sociais das massas. A educação e a habitação já começaram a ser atacadas.

A luta contra a manobra burguesa da revisão constitucional é a luta contra o imperialismo, contra o aumento da opressão nacional e social. Depende de se colocar em pé um movimento nacional de massas ant imperialista e anticapitalista. O POR e a Frente Revolucionária chamam as correntes a se unirem numa frente de massa com esse objetivo.

Nacional



Prossegue a crise entre a direção do PT e os parlamentares

A polêmica sobre a participação ou não do PT na revisão constitucional caminha para um desfecho de acordo. Embora inicialmente a decisão da direção tenha sido a de proibir os parlamentares de participarem do processo, essa decisão já foi parcialmente revogada no último dia 08. A direção do PT, com forte influência das correntes de esquerda, já começou a recuar a partir da autorização para participação da bancada na votação do Fundo Social de Emergência, que é o primeiro tema da revisão constitucional. Agora, parece inevitável que ceda e permita a bancada votar "alguns

pontos de interesse dos trabalhadores", como eles mesmos chamam.

Mas, ao que tudo indica, não haverá espaço para as manobras petistas em plenário, porque o regimento já foi usado na primeira votação para impedir destaques e deve acontecer o mesmo daqui pra frente. O PT, se seguir a "linha consensual" entre bancada e direção, vai mesmo fazer o que Genoíno queria: participar da revisão.

Dessa forma, o PT estará colaborando para dar legitimidade, dar uma apresentação "legal", ao aumento da opressão nacional e social, que é o que está embutido na revisão constitucional. Pouco importa no final das contas se votou de uma ou outra maneira (se é que vai ter chance de votar, dada a intenção manifesta do PMDB e PSDB de passarem um rolo compressor contra destaques que julgam inadequados). O PT cede às pressões da burguesia e vai à revisão e briga

agora internamente para apresentar sua capitulação da maneira menos vergonhosa possível aos eleitores.

Na verdade o PT não é por princípio contra a revisão, apenas desejaria que ela acontecesse após as eleições. Assim age em função dos interesses eleitorais das camarilhas no interior do partido. Suas atitudes confundem o movimento operário, que ao não se organizar para a luta contra a revisão, fica desarmado perante o ataque à economia nacional e às condições de vida das massas.

O POR chama as organizações que se reivindicam do movimento operário a romperem com o reformismo petista que leva à paralisia e à derrota e a se colocarem em defesa efetiva das reivindicações dos oprimidos, o que só pode ser feito com a luta nacional de massa, organizada a partir de uma frente de luta.

Fiesp defende revisão para impor neoliberalismo ao futuro governo

O dono da metalúrgica Gerdau foi aos jornais para afirmar que os empresários industriais defenderão na Revisão Constitucional os seguintes pontos: diminuição dos impostos para as empresas, redução das verbas e dos gastos dos estados e municípios, fim dos monopólios estatais e privados, igualdade no tratamento dos capitais estrangeiro e nacional, reforma da previdência social (privatização), voto distrital misto e aprimoramento das instituições políticas e judiciárias.

Com essa plataforma, os empresários pretendem garantir que, qualquer que seja o futuro presidente, estará garantido a aplicação da linha neoliberal ditada pelo imperialismo. Em outras palavras, estará assegurado aos tubarões

capitalistas o direito de sugar parasitariamente o dinheiro que é arrecadado nos impostos através das dívidas interna e externa, explorar a previdência, impor seus monopólios nas áreas de mineração e comunicações, aproveitar-se da vinda de dólares com a abertura de mercado e um aumento relativo do controle sobre o Poder Judiciário e sobre o futuro governo.

Para os empresários, realizada a revisão, estará garantido o fundamental da linha econômica do futuro governo. A questão de que se vai ser Lula ou não terá sua importância condicionada à governabilidade. Como a burocracia petista que controla os sindicatos tem apontado o caminho institucional e parlamentar para as massas, bloqueando

sua ação direta através da paralisação da CUT e dos sindicatos, a maioria dos empresários entende que ainda não se coloca a questão de um governo do PT. O maior temor da classe empresarial ainda é o fato de que o governo Lula não terá base parlamentar ampla o suficiente para governar. Por isso ainda trabalha por uma candidatura anti-Lula, mas não descarta a possibilidade de Lula no governo, que não representará uma ameaça, uma vez que para chegar à presidência estará comprometido ao poder econômico.

Nacional

Câmara aprova golpe dos latifundiários contra o Banco do Brasil

A Câmara aprovou no último dia 02 o perdão da correção monetária e dos juros aos empréstimos agrícolas feitos desde 1979 pelo banco do Brasil a agricultores. Dada a enorme inflação do período, o Banco do Brasil terá que pagar o equivalente a 97 bilhões de dólares aos latifundiários e usineiros. O tal "perdão" é na verdade o desvio de dinheiro público para os cofres dos latifundiários, muitos deles deputados que votaram em causa própria, como é o caso de Ronaldo Caiado, que devia ao Banco do Brasil.

A sessão que aprovou o perdão teve até "tocador de piano", ou seja, gente que votou por outro deputado. Isso foi até denunciado pelo De-

putado Paulo Mandarino, que não estava presente mas consta como voto favorável ao projeto. O deputado Fernando Lyra, corregedor da Câmara e ligado às oligarquias nordestinas, disse que o voto fraudado não altera o resultado e por isso não se poderia anular a sessão. Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara, lavou as mãos e enviou o projeto ao Senado para que seja votado. Como o Senado é controlado pelas oligarquias, dificilmente rejeitará o projeto, podendo modificá-lo para reduzir a mordida aos cofres da União, sem eliminá-lo.

O voto favorável de quase 300 parlamentares a esse aproveitamento escandaloso do dinheiro pú-

blico mostra o apodrecimento do parlamento. A CPI do Orçamento não abrandou a ganância da corrupção. Se queremos acabar de verdade com a corrupção burguesa temos que pôr abaixo o regime político burguês. A convocação dos Tribunais Populares, que são a forma organizativa das massas em luta julgarem de fato a corrupção e opressão burguesas, poderia ser um passo nessa direção.



Frente Revolucionária realiza curso de formação

No último dia 06/02 a Frente Revolucionária deu início ao seu primeiro curso de formação política. O tema do curso são as resoluções dos 4 primeiros Congressos da Terceira Internacional Comunista, antes de sua degeneração burocrática levada a cabo pelo estalinismo.

O conteúdo foi escolhido por sintetizar a experiência revolucionária adquirida pelo movimento operário num de seus momentos de maior elaboração política, a revolução russa.

O método do curso é o de livre discussão a respeito dos temas, com o esforço por apresentar o mais claramente possível as posições políticas das correntes, sem se desviar para uma luta infrutífera.

No primeiro dia de discussões, abordou-se a história das quatro internacionais, destacando-se a permanente luta entre a política marxista-revolucionária contra

as tendências reformistas, que desde a Internacional de Marx já se apresentavam, até a luta do trotskismo contra a degeneração estalinista.

Os debates revelaram que há muito que avançar no conhecimento do marxismo e na sua aplicação, bem como dos acontecimentos históricos que acompanharam a luta revolucionária. Desenvolveremos alguns desses pontos no próximo número do jornal.

Compareça a segunda parte do curso, que será dia 20/02 às 15 hs na CUT Regional SP e terá como tema "A Estratégia Revolucionária". Os textos poderão ser adquiridos com o distribuidor desse jornal, ou demais grupos que compõem a Frente Revolucionária.

Aumenta a Opressão Nacional

Brasil envia 850 soldados a Moçambique

Cumprindo determinação da Organização das Nações Unidas, o Brasil vai enviar 850 soldados para Moçambique, para participarem das Forças de Paz da ONU na região. Trata-se de uma operação militar para garantir a submissão do país ao imperialismo americano e europeu. E custará ao Brasil mais de 50 milhões de dólares sem falar no tempo de vida dos soldados, que não têm prazo para retorno.

A submissão da burguesia nacional e de seu governo ao imperialismo faz com que o país assuma os custos humanos e econômicos da intervenção imperialista no país africano.

Chamamos a luta contra a operação imperialista da ONU em Moçambique. Nenhuma ajuda brasileira às tropas da ONU. Manifestações de todas as organizações de massa contra o envio de brasileiros a Moçambique e pela retirada de todas as tropas estrangeiras de lá: que os africanos resolvam seus próprios problemas. Morte ao imperialismo.

Senado vota abertura das instalações nucleares aos estrangeiros

O Senado aprovou no último dia 9 o projeto de decreto legislativo que ratifica o acordo entre Brasil, Argentina, Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) e Agência Internacional de Materiais Nucleares (Abacc). O acordo assinado em 1991 permite que organizações internacionais fiscalizem as instalações nucleares brasileiras. O governo alemão vinha pressionando e ameaçando romper o acordo nuclear com o Brasil se o projeto não fosse aprovado. Com a aprovação o país fica impedido de desenvolver projetos próprios e independentes na área de energia nuclear.

Argumenta-se que assim impede-se a fabricação de bombas atômicas. Mas o que acontece de fato é que submete-se o desenvolvimento tecnológico e bélico do Brasil ao controle imperialista. O imperialismo julga que somente ele pode ter o domínio da tecnologia nuclear, seja destinada a bombas ou não.

Contra a submissão do país, defendemos que cada país deve julgar se deve ou não produzir bombas. Cada país tem o direito de desenvolver tecnologia nuclear sem o controle e submissão às organizações que se proclamam "mundiais" mas que, sabemos, são controladas pelos Estados Unidos e seus aliados europeus.

A aprovação do acordo é mais uma demonstração de prostração da burguesia nacional ao imperialismo e de como é incapaz de se opor ao aumento da opressão nacional.

Estados Unidos pretendem ganhar mais com patentes

Depois do fracasso nas negociações com o Japão, os Estados Unidos tendem a endurecer as negociações sobre patentes com o Brasil. Além de possuir a maioria das patentes no ramo farmacêutico, os EUA ainda conseguiram impor nos países atrasados uma série de dificuldades para registro de patentes farmacêuticas. Assim, as empresas farmacêuticas americanas controlam as patentes da maior parte dos medicamentos no mundo. Na legislação brasileira, existem exceções que permitem ao governo autorizar a fabricação de medicamentos às vezes contra a vontade dos proprietários das patentes americanos. Os americanos querem a retirada de todas as exceções e a ampliação dos prazos de validade das patentes.

O controle sobre a indústria fármaco-química é um dos tentáculos de que se vale o imperialismo para exercer a opressão sobre as nações. Seus monopólios impõem preços, políticas econômicas, derrubam governos etc.

A luta contra a opressão nacional também impõe lutar para libertar-se do pagamento de patentes por décadas a autores (muitas vezes pseudo-autores) e da dependência da autorização de outros países para a produção de qualquer coisa.

Burguesia Nacional é submissa

A burguesia brasileira já se formou ligada e dependente do imperialismo. Desde a colonização, com a produção agrícola, voltada fundamentalmente para a exportação, até a industrial, mais recente, mas também voltada fundamentalmente para o mercado externo. Uma burguesia que, por ter se constituído e viver em função do capital externo, não foi capaz sequer de resolver as questões democráticas no país, como a soberania nacional, a unidade nacional, a questão da propriedade da terra, o desenvolvimento do capitalismo por todo o país e a eliminação das profundas desigualdades regionais, a própria democracia burguesa. Isso porque, para resolver esses problemas, teria que romper abertamente com o imperialismo e lutar contra ele, coisa que é incapaz devido a seus interesses econômicos estreitamente ligados ao capital externo.

Por isso a burguesia e seu governo atuam no país sob a pressão do imperialismo. Hoje, devido à crise mundial do capitalismo, de sobreprodução, o imperialismo busca aumentar a submissão dos países atrasados através da política neoliberal (abertura da economia, privatizações, aumento de impostos e corte de gastos públicos com serviços sociais etc.). Em outras palavras, aumenta a opressão nacional e social. A burguesia nacional submissa e seu governo servem de instrumento para aplicação dessa política. É por isso que quando falamos da luta contra a opressão nacional nos chocamos frontalmente com a própria burguesia nacional e a luta antiimperialista se transforma em luta anticapitalista. E por isso a liderança da luta antiimperialista é assumida pelo proletariado, classe antagonista à burguesia, e conduz à revolução proletária.



Ceará: O "milagre econômico" só favoreceu o grande capital

Recentemente a grande imprensa noticiou o "milagre cearense" promovido pelas duas gestões do PSDB.

Os dados são estupefacentes, à medida que mostram que a economia cearense cresceu, contrariando a tendência do nordeste e do país. De 87 a 92, o PIB cearense cresceu 23,71%, contra 4,8% do nordeste e 7,8% do Brasil. No mesmo período a renda per capita do Ceará cresceu 30% quando a do país caiu para 4%.

No entanto, esse pequeno crescimento não se reverteu em melhorias às massas oprimidas. Ao contrário, intensificou-se a exploração do trabalho, deixando 78% dos assalariados recebendo menos que um salário mínimo e manteve um terço da população favelada. Com o êxodo do campo para a cidade o número de favelas em Fortaleza cresceu de 234 para 313. E com a falta de saneamento básico, o Ceará manteve a sua posição de campeão em casos de cólera. A educação continua falida com 44% de analfabetos. A indústria do turismo aumentou a prostituição na cidade. E a agricultura por sua vez, que detém 33% da população ativa, sofreu uma involução de 44%.

Como se vê a política dos tucanos nesse período só beneficiou o grande capital, que concentrou mais ainda a riqueza em suas mãos. Além de receber altos subsídios do governo (devolução de ICM de 6 a 10 anos), enriquecem-se mais ainda superexplorando os assalariados, pagando menos de um

salário mínimo. A Vicunha, Alparagatas etc. são exemplos disso. Fecharam fábricas e seções demitindo milhares de operários em SP, para transferi-las ao Ceará, onde ganhariam subsídios e explorariam mão de obra mais barata.

Por mais que o governador Ciro Gomes afirme que a "sua obra apenas começou e alcançará um equilíbrio em 96", tal afirmação não passa de uma campanha de cunho demagógico-eleitoral, à moda de Collor, para iludir as massas famintas. Haja vista que Ciro Gomes é um pretense candidato à presidência da república e conta com apoio de um setor da burguesia. Por isso os gastos exorbitantes com campanhas publicitárias, que tornam o Ceará o quinto estado que mais gasta com propagandas.

O pequeno inchaço não conseguiu retirar o Ceará de sua categoria de terceiro estado mais pobre da União e muito menos o transformará numa ilha próspera mergulhada num oceano de miséria que é o Brasil, pois o estado é parte de uma economia nacional oprimida pelo imperialismo em crise. Qualquer fôlego na economia regional, por menor que seja, será temporário e em breve sofrerá os efeitos da recessão imposta pelo imperialismo sobre a nação.

Seja qual for a política econômica de qualquer fração burguesa, PMDB, PSDB, PPR etc., não conseguirá resolver a crise econômica que é reflexo da crise estrutural do capitalismo mundial. É nesse quadro que a política do PSDB foi inse-

rida, por isso aprofundou os desequilíbrios entre o campo e a cidade e aumentou a miséria das massas. E a tendência colocada é agravar mais ainda as contradições e propiciar mais conflitos sociais.

A luta pelas reivindicações imediatas, como o salário mínimo real, a escala móvel de salários, a escala móvel de horas de trabalho, teto aos sem teto, plano de obras públicas para áreas de saúde e educação, terra aos camponeses etc., tem uma importância relevante nesse momento de profunda pobreza das massas, pois tem o caráter anticapitalista e antiimperialista. As organizações locais do movimento operário têm o dever de impulsionar a frente de luta de massa em defesa da sobrevivência dos oprimidos, caso não queiram ser engolidos pelo eleitoralismo burguês e pequeno burguês, que certamente também se apoiarão na miséria das massas para enganá-las e desviá-las de sua luta contra o capitalismo.

NACIONAL



Adquira os materiais do POR:

A Revolução Agrária no Brasil	CR\$ 200,00
Crítica Programática ao PSTU	CR\$ 400,00
A Greve dos Professores de 1993	CR\$ 400,00
Resoluções do III Congresso da T POR	CR\$ 500,00
Revolução Proletária (Revista do Comitê de Enlace)	US\$ 3,00

Congresso Regional da CUT SP: é preciso tirar um plano de lutas que unifique os assalariados contra o plano de FHC



O congresso da CUT Regional SP, que acontecerá em março, tende a repetir os erros de 91. A situação política é extremamente grave para os assalariados. O governo ataca com um plano econômico que atende às exigências do FMI, descarregando violentamente a crise econômica sobre os assalariados, através de arrocho (conversão dos salários pela URV), corte das conquistas sociais e entrega nacional. Está colocado objetivamente para os Congressos da CUT armar as massas política e organizativamente para resistir a essa situação. A prioridade deveria ser colocada na formulação de um plano de lutas que unificasse nacionalmente a ação direta dos oprimidos contra o governo burguês entreguista e antipopular.

Mas o que vemos é que a tendência colocada é a predominância das mesmas correntes

que colocaram a CUT-SP a apoiar desesperadamente a candidatura Suplicy em 92, deixando de lado as campanhas salariais, fato que se repetiu em 93, durante os trabalhos da CPI do Orçamento. Certamente, o que essas correntes vão apresentar no Congresso é a esperança de solução dos problemas dos trabalhadores na eleição de Lula para presidente. E pretendem colocar a CUT-SP a reboque do eleitoralismo, atividade desenvolvida muito bem pela Articulação.

O desprezo pelas reais reivindicações e necessidades dos trabalhadores é próprio de correntes que abandonam a estratégia e a tática revolucionárias e se debandam para o campo do democratismo burguês. O fato dessas correntes ditarem o destino da CUT em total contraposição às aspirações das massas é produto da burocratização da Central e dos sindicatos imprimida pela linha reformista e por essas mesmas correntes que não se diferenciam estratégica e taticamente do eleitoralismo da Articulação.

Assim como já se organizaram as oposições sindicais no passado para derrotarem os pelegos mais reacionários, trata-se agora de construir a fração revolucionária no interior da CUT, para que possamos varrer com a burocracia

que se afastou das massas e a têm paralisado perante o Estado burguês. Um passo para isso é nesse congresso defender uma tese que resgate o papel da Central de luta, independente e democrática, que contenha alguns pontos que ataque a burocratização: 1) que tenha independência dos partidos políticos, do governo e das instituições da burguesia; 2) que apresente aos congressos estadual e nacional um plano de lutas para responder ao plano neoliberal de FHC, combinando as reivindicações antiimperialistas com as reivindicações elementares das massas como a defesa do salário e do emprego, salário mínimo real, escala móvel de salários, escala móvel de horas de trabalho, teto aos sem-teto, terras aos camponeses pobres, que só os ricos paguem impostos etc. 3) sobre a base desse plano impulsionar e centralizar nacionalmente os oprimidos para desenvolver a luta anticapitalista e antiimperialista, priorizando assim a ação direta contra o Estado burguês e não a pressão institucional e os conchavos e negociações parlamentares.

A TPOR estará nesse período formulando junto com os simpatizantes a tese a ser defendida nesse congresso.

Venha discutir conosco.

Saúde luta contra o sucateamento

O Movimento de Saúde de São Paulo está organizando um ato que se realizará em março na Câmara Municipal de SP. O objetivo é pressionar Fleury, Maluf, os deputados e vereadores para liberarem verbas e resolverem minimamente as questões da saúde pública.

Os movimentos de saúde, como outros movimentos em geral sofrem da política corporativa e eleitoreira

imposta pelas correntes reformistas ou bruguesas que os dirigem. Assim os movimentos são em geral isolados e canalizados para a pressão meramente institucional e eleitoral e como consequência são derrotados, a exemplo do que aconteceu com o Umberto Primo.

Os revolucionários defendem que os movimentos populares se armem dos métodos do movimento operário, radicalizando sua ação direta e buscando a unificação com a luta dos operários das fábricas, que também deverão resistir ao arrocho do plano do governo. Sem a ação da classe social que está dire-

tamente ligada à produção, é impossível derrotar a política de sucateamento dos serviços públicos encarnada pelos governos estaduais e imposta pelo governo Itamar a mando do imperialismo para pagar as dívidas interna e externa.

Por isso chamamos os movimentos de Saúde a ampliarem ao máximo a convocação do ato, levando o maior número possível de usuários da saúde pública à manifestação. E, principalmente, buscar a unidade com os sindicatos operários, reivindicando sua participação no movimento, divulgando as atividades e chamando os operários à luta.

Têxteis SP: é preciso organizar a luta contra as demissões

Várias fábricas têxteis continuam com demissões massivas. Na Vicunha II foram demitidos turnos inteiros. Na Vicunha I, Tabacow, etc os operários são demitidos aos poucos, mas sistematicamente. Na Tabacow esse método levou à demissão de mais de 100 companheiros, nas últimas semanas.

O sindicato dominado por uma burocracia corrompida ligada à Força Sindical, além de não organizar a luta contra as demissões ainda colabora com os patrões. A

Vicunha II demitiu o turno da noite inteiro e várias companheiras do turno da tarde sem nenhum aviso. Quando os trabalhadores chegaram para trabalhar foram impedidos de entrar na fábrica pela segurança. Havia uma pré-disposição dos operários de entrarem na fábrica e resistirem às demissões. Mas a diretoria do sindicato mandou que fossem para casa alegando que não havia nada a fazer. Pior ainda: fez as homologações no sindicato e muitos operários demitidos

não poderão mais reclamar judicialmente das picaretagens da empresa por causa disso.

Defendemos que os trabalhadores não acatem a orientação derrotista e traidora do sindicato e sim organizem junto com a oposição a luta em defesa do emprego através das ocupações das fábricas e da resistência operária.

Movimento Operário



Eleições Têxteis SP: Força Sindical desgastada tenta laçar operários para compor chapa

O Sindicato dos têxteis de SP realizará daqui alguns meses eleições para a sua diretoria. Em 1990, nas últimas eleições, uma série de fraudes excluiu a oposição cutista de concorrer ao pleito. A ofensiva patronal nos anos seguintes, aliada à forte recessão e fechamento de fábricas no setor, acabou dissolvendo a oposição, que só voltou a se reorganizar no último período.

Dessa forma, está praticamente descartada a possibilidade de formação de uma chapa de oposição para as próximas eleições. Trata-se de um retrocesso na luta dos operários têxteis pela reconquista de seu sindicato, nas mãos de pelegos há mais de um quarto de século. As eleições sindicais são um dos campos de luta da oposição e, mesmo quando não se ganha, podem servir como instrumento auxiliar na propaganda e na construção de um programa classista e uma fração organizada no interior da classe.

Entretanto, não se pode pensar nas eleições como objetivo último da oposição. O caminho para varrer

com a burocracia corrupta ligada à Força Sindical é o da construção de uma fração revolucionária nos têxteis, baseada num programa proletário e no avanço da consciência e organização da classe. Isso não se resolve com manobras ou atalhos. É um caminho difícil, mas sólido.

O fato dos pelegos estarem laçando operários nas fábricas para fazerem parte da sua chapa não deve servir como pressão sobre os companheiros da oposição, e sim como demonstração da própria desagregação dos pelegos.

A burocracia sindical vive afastada das bases, longe das necessidades imediatas dos operários da fábrica. Mas a crise atual não dá margem a que seu domínio seja tranquilo. As recentes disputas gangsteris em vários sindicatos mostra a degeneração e o desespero dessas camadas parasitárias.

Coloca-se com mais força a necessidade de luta e conscientização dos operários para varrer com esses parasitas traidores da classe. Alguns companheiros podem ingerir

nuamente pensar na possibilidade de fazerem isso participando diretamente da chapa dos traidores. É uma ilusão. O sindicato é controlado por grupos que agem e se organizam mafiosamente. Quem não se junta a eles é escurraçado ou morto. Outros concretizando sua tendência carreirista e aparelhista se juntam à burocracia vendida e acabam traindo também a classe.

É preciso compreender que não se trata de uma luta de indivíduos ou de grupos. A conquista de sindicatos independentes, de luta e democráticos só pode ser fruto da luta da classe organizada e consciente, o que depende da construção da fração revolucionária no seu interior.

Não à repressão aos movimentos sociais

No último dia 08 de fevereiro foram libertados os 9 lutadores do movimento dos sem terra da região leste de São Paulo. Tal fato deve às pressões da frente pró-libertação dos presos políticos sem terra e da organização de um grande ato público em frente à secretaria de segurança pública do Estado.

Em razão da soltura dos companheiros o movimento resolveu transferir o ato para a cidade de Itaqucetuba, em frente à delegacia e à Câmara Municipal de Itaquá, pois foram os armadores da prisão dos lutadores.

Este acontecimento mostra que todos os movimentos devem se prevenir da repressão do estado e da burguesia organizando amplas organizações de caráter

democrático com o objetivo de defender os que são agredidos e presos.

Trata-se de estabelecer um acordo para unir as diferentes forças políticas para realizarem a defesa dos lutadores.

Com esta finalidade o POR defende a continuidade dessa frente democrática e se propõe a trabalhar para formar comitês regionais para fortalecer tal iniciativa.

Nossas divergências com o PLP

Parte II

Damos continuidade à discussão com os companheiros do PLP, respondendo ao seu documento "Nossas divergências com a T.POR", publicado no Massas nº 64. O objetivo dessas discussões é clarear no interior da Frente as divergências programáticas, que condicionam a construção de um verdadeiro partido marxista.

Polemica

Sobre o governo revolucionário dos trabalhadores

Em resposta à nossa crítica à estratégia do "governo revolucionário dos trabalhadores", o PLP nos diz que Trotsky, em 1915, no artigo *A Luta pelo Poder* se refere a um "governo revolucionário dos trabalhadores", como expressão da "tomada do poder pelo proletariado". E conclui: "Sinceramente, não vemos a menor semelhança com o oportunismo eleitoral do PSTU ou da esquerda democratizante do PT, que se expressa na fórmula de 'governo dos trabalhadores', isto é, o governo burguês de Lula".

Os redatores do PLP se apegam à formalidade da estratégia do governo dos trabalhadores, desconsiderando a nossa crítica de que tal fórmula governamental dilui o caráter de classe desse tipo de governo e as relações de classe concretas na estrutura capitalista do país. Isto ocorre, em grande parte, devido ao fato do PLP negar o caráter capitalista semicolonial do Brasil. Assim, desconhece o problema da aliança operária e camponesa, fundamental para a revolução nacional e social. Se se conclui que o proletariado e o campesinato são duas classes distintas e ao mesmo tempo oprimidas pela burguesia e essenciais para a revolução, então se coloca a estratégia do governo operário e camponês.

O "governo revolucionário dos trabalhadores" é abrangente a todos os oprimidos, incluindo classes sociais diferentes por seu lugar que ocupa nas relações capitalistas de produção, indiferenciando o proletariado, a classe média urbana (pequena burguesia urbana) e o campesinato (pequena burguesia agrária). A he-

gemonia do proletariado no Estado é a condição histórica para a edificação da ditadura revolucionária (ditadura proletária) contra a minoria capitalista exploradora.

Não basta dizer que o programa assegurará o poder operário, sendo indiferente a fórmula de "governo revolucionário dos trabalhadores" e governo operário e camponês. É preciso entender que o programa pressupõe tarefas estratégicas (revolução agrária, independência nacional, expropriação dos meios de produção, nacionalização do comércio exterior, estatização do sistema financeiro etc.) e estas estão relacionadas às classes sociais que protagonizarão a revolução da maioria oprimida. Assim, a precisão do caráter de classe do governo é imprescindível para a implantação revolucionária do programa.

A crítica do PLP que diz que a T.POR "revela uma estranha ignorância sobre a natureza do proletariado" é um dos pontos de partida de seu erro estratégico. Crítica-nos por delimitarmos o proletariado fabril. E diz: "Já o conceito de trabalhadores engloba aqueles que vivem do trabalho, como proletários, camponeses pobres e assalariados em geral". Os companheiros acham que esta é uma caracterização marxista das classes. Não atentam para o fato da natureza distinta do proletariado, do campesinato e simplesmente desconsideram a existência de uma camada da classe média urbana empobrecida. Supõe que a indiferenciação é permissível programaticamente e assim extrai a absurda conclusão de que o conceito de trabalhadores "auxilia a unidade de todos, que vivem do trabalho e que são explorados e oprimidos pelo capital".

A raiz da confusão e distorção sobre as classes feitas pelo PLP está em que este desconsidera que o marxismo caracteriza as classes a partir do lugar que ocupam no processo de produção material de um determinado modo de produção. Se assim o fizesse, o PLP verificaria que o proletariado fabril corresponde à classe essencial das relações de produção material capitalistas. Os milhões de camponeses minifundiários correspondem ao atraso pré-capitalista subordinado às relações capitalistas dominantes. Verificaria também que nem todo assalariado é proletário. A exemplo da burocracia estatal, técnicos, médicos etc. Admitimos

que é complicada a questão da caracterização de camadas assalariadas ligadas indiretamente à produção material, como aquelas vinculadas à esfera de circulação. Mas não se pode negar que essencialmente o proletariado é aquele que ocupa o lugar chave na produção fabril da cidade e do campo.

A consequência de tal desconhecimento é grave para a correta elaboração estratégica da revolução. Isto porque não permite delimitar o proletariado como a classe revolucionária socialista, dirigente da maioria nacional oprimida, composta pela classe camponesa pobre e pequena burguesia urbana arruinada. A idéia de que "trabalhadores" englobam todos os oprimidos e permite a unidade é demagógica e oportunista. Na verdade, dilui o proletariado como a classe dirigente do processo revolucionário e historicamente determinado a implantar a ditadura de classe da maioria contra a minoria exploradora.

Ao contrário, a estratégia do governo operário e camponês corresponde à hegemonia do proletariado no poder do Estado e fixa uma clara relação de aliança com o campesinato. A unidade é dada não simplesmente porque ambas as classes são exploradas, mas fundamentalmente porque a opressão latifundiária sobre a massa de pequenos e médios proprietários rurais não pode ser resolvida no interior do capitalismo, mas pode pela revolução proletária. As tarefas democráticas de acesso à terra aos camponeses pobres, fim da miséria no campo, erradicação do atraso, do analfabetismo etc., que são tarefas não cumpridas pelo capitalismo semicolonial, serão resolvidas transitoriamente pela revolução proletária. Está aí um vínculo necessário entre tarefas programáticas e estratégia.

Chama-nos a atenção o fato do PLP não fazer nenhuma crítica à estratégia governamental defendida pela T.POR (governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura proletária). Seria bom se os companheiros explicassem sua oposição quanto a tal bandeira governamental. Dado o espaço limitado do jornal, não pudemos analisar a citação de Trotsky e a crítica ao governo dos trabalhadores de correntes como Convergência Socialista, Causa Operária e O Trabalho. Continuaremos a resposta no Massas 66.



História do Movimento Operário - I

Publicaremos uma série de documentos históricos do movimento operário brasileiro. Nesse número reproduziremos uma carta de um militante revolucionário da Construção civil, preso por ocasião da greve geral da categoria em 1919. A carta foi publicada em razão do 2º aniversário da construção civil em 3 de abril de 1919.

"Camaradas,

É um velho amigo da União da Construção Civil quem não se furta ao prazer de vos dirigir algumas palavras, através das grades do presídio.

Dois anos faz a Construção Civil. Dois anos de empenhos decididos, de esforços relevantes, de lutas sobre-humanas que encham de brios e acumulam de glórias esta falange de lidadores bravos, valentes, resolutos, corajosos e leais.

A Construção Civil honra a União dos Trabalhadores. Sempre na estacada das lutas sociais e na vanguarda da ação direta, tem ela sempre se mantido com nobreza e com dignidade, desdenhando o apoio maligno dos políticos nefastos e os métodos anacrônicos do trabalhismo pacífico.

Tivestes razão, meus amigos, em mandar às urtigas, os políticos e os pacifistas. Os políticos são os gaviões, os abutres e os milhafres, que arruinam a energia proletária e os trabalhadores pacifistas, são os tucanos e as

cacatuas, que nada vêem, nada enxergam e na conseguem.

O trabalhador há de vencer sem o político e com a rebeldia.

Quando o trabalhador tiver uma idéia redentora no cérebro, o coração cheio de beleza, de amor e de justiça, a alma ansiando pela sociedade libertária do futuro, e a miséria presente o magoar, o conturbar, o sublevar, o insurgir, o revoltar, - então é que, meus amigos, a luta será travada e esta organização atual ruirá por terra, sepultando vilezas e infâmias, misérias e objeções, torpezas e ódios.

E a luz da idéia já surgiu na Rússia, na Hungria e na Baviera. Já sorri aos povos da Polônia, da Austrália e da Alemanha, já acarícia os explorados da Itália, da França e da Inglaterra. A América também já estremeceu. No Sul, os camaradas argentinos mostraram à corja governante o que vale a força popular. Foram esmagados, mas que importa? - a morte na hora do combate não envergonha, mas redime, não inutiliza mas fortalece, não perde mas vence: porque quem perece em bem de um ideal, cumpriu a sua missão de homem!

Meus amigos, as grades fortes da nossa prisão, não nos diminuí a energia nem nos enfraquece o entusiasmo. Um pensamento nos anima e reconforta: é que, embora presos, perseguidos e infamados, a marcha ascendente do nosso ideal não pára, não estagna nunca.

Numerosos e valentes são os obreiros da boa seara para que uma dezena prejudique a expansão do espírito revel que há de transformar, aqui como em toda parte, a face das coisas e do mundo.

Nós, os presos, não nos lamentamos, não nos queixamos, não nos lastimamos. Ao contrário, temos, pregamos e queremos a energia da revolta e da sublevação.

Vemos e sorrimos à idéia, que vem vitoriosa das estepes russas e que chegará até as plagas americanas, arruindo, derruindo e destruindo.

A Revolução Social, a luminosa e pura rebelião dos humildes, dos miseráveis, dos desgraçados, de todos os párias do mundo, virá até nós! Já lhe ouvimos os passos, já nos bate às portas! Já nos conchama à luta! Já nos mostra a visão mágica dos grandes dias!

Apostos, meus amigos, para o combate, para a luta, para a vitória! Apostos todos, que a Revolução se aproxima!

Viva a Revolução Social!"

Movimento Operário



Argentina: Plano Cavallo na berlinda

A Argentina continua com uma inflação mensal de menos de meio por cento ao mês. Esse índice foi conseguido com a aplicação da dolarização da economia, o chamado Plano Cavallo, que teve três fases - primeira, elevação dos preços e rebatamento salarial; segunda, privatização dos grandes ramos da economia estatizada e retrocesso das conquistas sociais com cortes nos gastos do governo e das províncias e municípios; terceira, reforma na legislação (Constituição) para liberalizar a economia, com o fim dos monopólios estatais como petróleo, comunicações etc. e a aplicação da equivalência da moeda local com o dólar americano. Para garantir essa equivalência, o governo utilizou-se das reservas cambiais e da desvalorização artificial do dólar em relação ao peso.

O resultado foi o de uma estabilização inflacionária às custas de uma destruição brutal da economia interna. Um exemplo é o setor petrolífero, que empregava 50 mil funcionários e agora só tem 8 mil. Para os assalariados com menor poder aquisitivo, a situação também é ter-

rível: se o salário mínimo argentino é de 300 dólares, a cesta básica chega a 1200 dólares.

A abertura de mercado, somada à desvalorização artificial do dólar, levou o país a entrar numa situação desfavorável em relação ao comércio exterior. Como o peso argentino está supervalorizado, os preços de seus produtos estão muito caros no mercado internacional e estão perdendo a concorrência. Isso levou a Argentina a um saldo negativo em mais de 3 bilhões de dólares em 1993. Cada dia que o governo insiste em manter o peso supervalorizado significa menos exportações e mais recessão. Assim, torna-se cada vez mais caro e difícil ao governo manter o valor alto do peso.

Para o imperialismo, a situação é favorável: pode ampliar as vendas dos produtos europeus e norte-americanos no mercado argentino, em especial para os setores da classe média: com a inflação estabilizada, o financiamento é amplamente utilizado na compra de bens de consumo durável (aparelhos, automóveis etc.). Com as privatizações, assumiu o controle de setores fun-

damentais da economia e impõe preços que não sobem todo mês, mas são bastante elevados.

A atual situação não pode ser sustentada indefinidamente: o governo terá que tornar o valor do peso mais realista. Isso levará à volta da inflação, e agora o governo não tem mais reservas cambiais para contê-la. As consequências recairão sobre as massas, já bastante empobrecidas.

É esse o exemplo que nos apresentam os economistas capitalistas para diminuir a inflação no Brasil. Seguindo o exemplo argentino, o Brasil favorecerá o capital estrangeiro, aumentará a miséria e quebrará a economia. A isso chamam de modernização e liberalização da economia.

Internacional

Aumenta pressão imperialista sobre os sérvios Bósnia à beira da invasão

Internacional

A França e os Estados Unidos conseguiram impor na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) um ultimato dirigido aos sérvios que cercam a cidade de Sarajevo na Bósnia (ex-Iugoslávia), numa guerra civil que já dura dois anos. Ou os sérvios retiram-se para mais de 20 quilômetros do centro de Sarajevo e entregam suas armas para as tropas da Organização das Nações Unidas (ONU), ou serão bombardeados a partir do dia 18/02.

O presidente russo Boris Yeltsin pressionou os governos europeus para que não bombardeassem os sérvios, mas não conseguiu nada. Os sérvios são escravos e tradicionais aliados russos. O fracasso de Yeltsin mostra sua submissão aos interesses do impe-

rialismo.

Para os Estados Unidos e seus aliados europeus, a guerra civil na Bósnia é um problema complexo. Não gostariam que os muçulmanos cercados pelos sérvios saíssem vencedores do conflito, pois isso favoreceria um ascenso muçulmano e anti-americano em outros locais. Mas a guerra civil com a vitória sérvia nas proximidades da Itália poderia também despertar conflitos étnicos em toda a Europa. Por isso pretendem impor uma paz submetida às tropas imperialistas, seja por bem ou através de bombardeios.

Os sérvios, provavelmente sob pressão russa, estão entregando as armas às tropas da ONU. Mas como o número de sérvios é bem menor que o de muçulmanos, o desarmamento sérvio pode levar à insurgência das forças muçulmanas, que também estão fora do controle das tropas da ONU.

O imperialismo julga que só uma ação militar mais forte pode submeter ambos os lados, agora já desgastados por dois anos de guerra

ininterrupta. Os três porta-aviões, doze navios e dezenas de aviões estacionados próximos à Itália estão de prontidão.

A vitória de uma ação imperialista fortalecerá a ação opressora sobre as nações do mundo todo. Tomar a posição antiimperialista nessa situação é se colocar contra a intervenção externa no conflito da ex-Iugoslávia. Defendemos que sérvios, croatas e muçulmanos resolvam seus próprios problemas sem a intervenção externa, e para isso terão que varrer com o cadáver vivo da burocracia estalinista que exerceu uma sangrenta ditadura na antiga Iugoslávia e que agora têm suas frações como protagonistas principais da guerra civil em curso. A autodeterminação desses povos só poderá se dar realmente se as massas oprimidas realizarem a revolução política, isto é, se libertarem das frações da burocracia estalinista que agora age abertamente pela restauração capitalista e portanto pela submissão do país ao imperialismo. Para isso ainda é preciso a construção do partido revolucionário.

Fracassam negociações entre Japão e Estados Unidos

Guerra comercial tende a se agravar

Os Estados Unidos e o Japão concluíram no último dia 13 sem nenhum acordo as negociações sobre comércio bilateral. O Japão tem atualmente um saldo positivo de mais de 50 bilhões de dólares por ano no seu comércio com os Estados Unidos. Dois terços dessa vantagem estão nas exportações de carros japoneses ao mercado americano. Mas como o Japão é extremamente protecionista de seu mercado, só 1% dos ativos empresariais e das vendas no Japão são de empresas estrangeiras do mundo todo. Enquanto isso, só nos Estados Unidos, 5% dos ativos empresariais e 17% das vendas pertencem aos japoneses. Os americanos pressionaram os japoneses para que o governo favorecesse os produtos ame-

ricanos nas áreas de veículos e autopeças, semicondutores e computadores, e satélites e telecomunicações. O Japão enfrenta a maior recessão dos últimos 25 anos e se atendessem aos americanos agravaria ainda mais a queda na produção. Não havia possibilidade de entendimento.

O governo japonês argumentou que está liberalizando a economia e a intervenção estatal favorecendo os produtos americanos iria contra essa linha. Mas a verdade é que o governo tem agido para proteger ainda mais a burguesia nativa: vai injetar 148 bilhões de dólares na economia interna e reduzir impostos das empresas num volume de 54 bilhões de dólares. Fechando a conta: serão 202 bilhões de dólares que serão entregues aos capitalistas japoneses pelo seu governo para que ampliem a produção. Quem pagará essa conta? O Japão é um dos maiores credores do mundo. Recebe bilhões e bilhões de juros de dívidas de países atrasados como o Brasil. Esse dinheiro será revertido em benefício dos tubarões capitalistas.

Mesmo com toda essa "ajuda", será difícil à economia japonesa re-

sistir às retaliações comerciais dos Estados Unidos, que certamente taxarão os produtos japoneses, que ficarão mais caros no mercado americano e perderão a concorrência para os produtos americanos. A recessão japonesa se agravará. O resultado de uma guerra comercial entre os países que, juntos, produzem 40% de tudo o que é feito no planeta pode levar a um conflito de conseqüências imprevisíveis: a guerra bélica.

O capitalismo apodrecido, imperialista, pode destruir a humanidade. É preciso destruí-lo antes que o faça. Para isso coloca-se a necessidade de reconstruir o partido mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que para ser revolucionária, marxista, tem que refletir em seu programa a luta do trotsquismo em defesa do marxismo. Significa a construção de partidos revolucionários em cada país, internacionalistas proletários, que lutem incansavelmente para realizar a Revolução Proletária em todos os países, única forma de acabar com o capitalismo e se chegar de fato ao socialismo.

